
**O JORNAL CENTRO ACADEMICO DO RIO
DE JANEIRO: UM CENTRO DIFUSOR DE
IDEIAS REPUBLICANAS NO SÉCULO XIX
(1872-1873)**

Paulo Vitor Sauerbronn Airaghi

Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e membro do grupo de pesquisa Os Espaços na Modernidade. Email: paulo.airaghi@openmailbox.org.

O JORNAL CENTRO ACADEMICO DO RIO DE JANEIRO: UM CENTRO DIFUSOR DE IDEIAS REPUBLICANAS NO SÉCULO XIX (1872-1873)**THE NEWSPAPER CENTRO ACADEMICO OF RIO DE JANEIRO: A SPACE WHERE REPUBLICAN IDEAS WERE PROPAGATED IN NINETEENTH CENTURY BRAZIL (1872-1873)****Paulo Vitor Sauerbronn Airaghi****RESUMO**

O objetivo do trabalho é analisar o jornal *Centro Academico*, publicado entre 1872 e 1873 por alunos da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e por alunos da Escola Central de Engenharia do Exército, como centro difusor de ideias republicanas durante o século XIX. Esse periódico diagnosticava o Império Brasileiro e, a partir disso, apresentava um prognóstico para o futuro. O *Centro Academico* foi um dos primeiros jornais publicados no país durante o século XIX a defender explicitamente a República e a manter nos seus quadros defensores dessa forma de governo. O trabalho mapeia os editores do jornal e os autores que escreviam os artigos, a fim de melhor compreender as temáticas discutidas e a maneira como cada autor pensa o republicanismo. Nesse jornal podem ser captados os principais pontos do diagnóstico que os alunos faziam do Império brasileiro, a saber: a falta de legitimidade da monarquia para concretizar reformas em diversas áreas necessárias ao desenvolvimento do país, sobretudo aquelas relativas ao ensino superior, que se encontrava ministrado em poucas instituições que eram, mesmo assim, mal distribuídas geograficamente e com baixa qualidade na formação ofertada. O jornal indica que a única solução para esses problemas apontados é a adoção da República como forma de governo.

PALAVRAS-CHAVE:

Jornal Centro Academico; Republicanismo;

ABSTRACT

Our aim is to analyze the newspaper *Centro Academico* as a space where Republican ideas were propagated. This newspaper was published between 1872 and 1873 by a group composed of 24 students from two of the imperial colleges that existed at the Corte, the Faculdade de Medicina e Cirurgia, which formed professionals related to the practice of medicine, and the Escola Central do Exército which, until 1874, formed exclusively professionals related to military engineering. The *Centro Academico* was one of the first newspapers published in Brazil during the nineteenth century to explicitly defend the Republic and to maintain in its cadres defenders of this form of government. In the mapping carried out, we focused on the journal's editors and authors and the themes discussed as well, so we can understand the themes discussed and how each of the actors think about Republicanism. Their editors made a diagnosis of the Empire of Brazil and, from there, proposed solutions to the problems encountered. The main points of the students' diagnosis of the Brazilian Empire were, namely: the lack of legitimacy of the monarchy to carry out reforms in several areas necessary for the country's development, especially those related to higher education, which was few institutions that were, to worsen, poorly distributed geographically and with low quality in the training offered. The main points of the students' diagnosis of the Brazilian Empire were, namely: the lack of legitimacy of the monarchy to carry out reforms in several areas necessary for the country's development, especially those related to higher education, which was few institutions that were, to worsen, poorly distributed geographically and with low quality in the training offered.

KEY WORDS:

Journal Centro Academico; Republicanism;

Este trabalho surgiu a partir de uma pesquisa mais ampla, que teve por objetivo mapear e analisar a atuação do republicano norte-rio-grandense José Leão Ferreira Souto¹ em diversas instituições políticas e culturais do século XIX. A partir dessa pesquisa, tive acesso a documentos que permitiram perceber a atuação de grupos organizados por estudantes para difundir os princípios republicanos. À medida que me aprofundei na temática, pude rever interpretações consolidadas sobre as origens do republicanismo brasileiro.

Durante boa parte do século XX, as versões consolidadas pela historiografia brasileira afirmaram que a República foi instaurada no Brasil como um movimento dirigido pelas elites². Todavia, contemporaneamente, autores como Angela Alonso (2012) demonstram que a origem social dos propagandistas republicanos brasileiros era bastante diversificada. Este texto trata, especificamente, de um grupo envolvido com a propaganda reformista, que posteriormente se tornou republicana. Nesses termos, o objetivo deste artigo é analisar, a partir do jornal *Centro Academico*³, como ideias republicanas foram difundidas entre os estudantes de cursos superiores no Rio de Janeiro durante a primeira metade da década de 1870. Na análise, consideramos que o jornal é um centro difusor dessas ideias na corte, uma vez que ele agregava estudantes que defendiam ideias em comum (a República como forma de governo), formando sociabilidades e, ao mesmo tempo, permitindo a difusão dessas ideias para um público mais amplo,

A importância do *Centro Academico* para o movimento republicano foi evidenciada, posteriormente, pelo *Almanack Republicano Brasileiro para o ano de 1890*. O Almanack foi elaborado com o intuito de identificar todos os fatos e publicações republicanas que haviam sido registradas na história brasileira até aquele momento. O *Centro Academico*, especificamente, é tratado no Almanack como uma publicação de caráter “acentuadamente republicano” (ALMANACK, 1890, p.104). Assim, lida-se com uma folha cujo caráter republicano já foi apresentado por uma outra publicação. No entanto, essa interpretação foi construída pelos próprios republicanos e não foi analisada de forma mais aprofundada.

¹ José Leão Ferreira Souto (1850-1904) nasceu em Açú, Rio Grande do Norte, e cursou os ensinos Primário e Secundário no Rio Grande do Norte. Em 1870, dirigiu-se ao Rio de Janeiro, com o intuito de estudar engenharia na Escola Central. Foi na condição de aluno de engenharia que ele conheceu outros estudantes e, juntos, fundaram o jornal *Centro Academico*. Para uma análise pormenorizada acerca da trajetória desse personagem, consultar (AIRAGHI, 2016).

² A esse respeito, veja-se, por exemplo, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, escrito por José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1997), para quem a República foi proclamada sem participação popular.

³ As treze edições do *Centro Academico* podem ser consultadas no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que pode ser acessado em <<http://www.memoria.bn.br>>.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho foi construído a partir da análise dos doze exemplares do jornal *Centro Academico*. Cada edição desse periódico, publicado semanalmente entre os anos de 1872 e 1873, possuía quatro páginas, compostas exclusivamente por textos. Para a execução dos meus objetivos, percorri as seguintes etapas: fiz a leitura de todos os exemplares do jornal e o fichamento de todos os artigos, procurando identificar os autores dos artigos, os temas discutidos, bem como os argumentos utilizados pelos autores na defesa do regime republicano. Teoricamente, o texto utilizou-se dos aportes teóricos de Carlo Ginzburg e Natalie Zemon Davis para construir linhas interpretativas a partir do método indiciário.

Como propõe Ginzburg (2007), consideramos pequenos detalhes, aparentemente irrelevantes, presentes na documentação, como indícios que auxiliaram na compreensão das disputas existentes na redação do jornal. Ao longo do texto, utilizei ainda o método aplicado pela historiadora Natalie Zemon Davis (1983), que recorre à conjectura, à imaginação historicamente controlada e amparada nas fontes consultadas, para reconstituir o contexto das disputas entre os editores do *Centro Academico*. Assim, uma série de inferências se tornam possíveis, a partir da análise da documentação consultada. No texto, expressões como “ao que tudo indica”, “poderia”, “parece que” são marcas que evidenciam esse exercício de reconstituição a partir das possibilidades.

Para analisar o jornal *Centro Academico*, foram de suma importância as reflexões apresentadas por Tânia Regina De Luca (2011). Essa autora me auxiliou a associar o conteúdo do jornal a partir de vários elementos: as condições materiais e técnicas (periodicidade, perenidade, formas de utilização, formatação do jornal, os lugares de reunião dos editores, a discussão das pautas que orientaria a publicação dos exemplares, a coordenação dos trabalhos e os financiadores da publicação, os objetivos propostos, o público leitor).

Ao longo da investigação minha meta era compreender a linha editorial do *Centro Acadêmico*. A partir das reflexões de Ângela de Castro Gomes (1993), pude identificar esse periódico como um centro aglutinador de redes de sociabilidade, ou seja, considera-se que o jornal tanto criava ou reforçava vínculos existentes entre os seus editores, a partir de relações de “amizade/cumplicidade ou de hostilidade/rivalidade”, quanto expressava “uma certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupo especiais” (GOMES, 1993, p. 65). Considera-se ainda que esse grupo partilhava um conjunto de representações complexas que abarcam valores, normas e imaginários acerca dos fenômenos políticos. Em

outras palavras, compartilhavam aquilo que Serge Berstein (1998) chama de cultura política. Portanto, a análise desse jornal é importante para compreensão de personagens que se articulavam em torno de ideias então emergentes no país.

Esse texto foi dividido em três partes. Na primeira delas, apresentamos o jornal *Centro Academico*, evidenciando quais eram os objetivos declarados do jornal, quem eram seus editores, como eles eram escolhidos e quais as seções que compunham o referido jornal. Na segunda parte, identificamos os debates nos quais os articulistas do jornal se envolveram, assim como as soluções para os problemas que eles identificavam no Brasil da época. Na terceira parte, discutimos as práticas e ideias dos editores, evidenciando, por um lado, o posicionamento deles em relação à monarquia e, por outro, os grupos e filiações teóricas a que eles pertenciam. Nesse momento, também procuramos evidenciar as atividades políticas dos editores.

O JORNAL CENTRO ACADEMICO: TRAÇOS DE SUA FORMATAÇÃO

O jornal *Centro Academico* foi um periódico publicado no Rio de Janeiro entre seis de julho de 1872 e vinte e seis de maio de 1873 por um grupo de alunos de duas instituições de ensino superior brasileiras - a Escola Central de Engenharia e a Escola de Medicina, ambas localizadas na Corte. Para compreender as linhas editoriais do *Centro Academico* e as sociabilidades formadas a partir da redação, as reflexões de Tânia Regina de Luca (2011) foram importantes. A redação e a administração do jornal funcionavam nas dependências da Livraria Encyclopedica, de propriedade do Sr. A. J. Ferreira, que havia cedido uma saleta de seu estabelecimento comercial, que muito provavelmente era frequentado por um público acadêmico⁴, para os responsáveis pelo *Centro Academico*. Era ali que os editores se reuniam para discutir as pautas de trabalho e para onde toda a correspondência referente ao jornal deveria ser remetida. Consta também que o Sr. A. J. Ferreira auxiliava os alunos, incumbindo-se de tarefas relativas à administração do jornal (LIVRARIA, 1872, p. 4).

⁴ Um dos anúncios da Livraria Encyclopedica, publicados no primeiro número do *Centro Academico*, informa alguns dos títulos à venda naquele estabelecimento. São todos livros de medicina e de ciências matemáticas, geralmente em língua francesa. Pode ser, contudo que a lista de títulos anunciados tenha sido elaborada em função do mesmo público à que se destinava o jornal. Não consegui, até o momento, encontrar anúncios da *Livraria Encyclopedica em outros periódicos*, o que poderia dirimir a questão.

O jornal era redigido por vinte e quatro alunos (doze de cada uma dessas escolas)⁵, distribuídos em seis turmas (havia dois alunos de cada uma das seis turmas que compunham essas duas universidades). Cada turma ficava responsável por redigir um número do jornal. Por exemplo, dois alunos da 1ª turma da Escola Central se uniam a dois alunos da 1ª turma da Escola de Medicina para publicar uma edição do *Centro Academico*. Eram esses quatro alunos de uma mesma turma.⁶

O jornal teve, ao todo, doze edições, que eram publicadas, geralmente, nos dias seis, quatorze, vinte e dois e trinta de cada mês. Em algumas vezes, a edição foi publicada em outro dia, seja em virtude de compromissos acadêmicos dos editores responsáveis, como calendário de provas, por exemplo, ou então, por causa de problemas técnicos relacionados à impressão dos exemplares.

O objetivo inicial dos editores do *Centro Academico* era, conforme declarado no editorial do primeiro número desse jornal, criar um órgão de imprensa que os possibilitasse denunciar “[...] ao povo todas as opressões de que porventura possam ser victimas os seus [do Brasil] filhos que desejão se instruir” (CENTRO, 14 jul 1872, p.1).⁸ Essa instrução indicava que o jornal tinha preocupações com o crescimento intelectual dos estudantes, que implicava em duas ações: a participação ativa na imprensa e a inserção na política do Império Brasileiro. Lendo-se o jornal, é possível perceber que os seus editores expressavam claramente que a atividade intelectual era indissociável da atividade política (ALONSO, 2002). Essa lógica era partilhada claramente pelos estudantes das duas escolas. A publicação de livros e periódicos era encarada como um meio de acesso à política. Assim, via-se a atividade na imprensa como uma forma de distinção social, algo quase “natural” – na perspectiva dos próprios editores – para aqueles que cursavam o ensino superior. Provavelmente em virtude disso, os jovens redatores se autoproclamavam responsáveis pelo futuro da nação.

Nos diversos números do *Centro Academico*, é nítido o desejo de aliar o aprendizado de conhecimentos relativos às “[...] ciencias, a litteratura e as artes” à divulgação desses

⁵ Os alunos da Escola de Medicina responsáveis pela edição de números do Centro Academico foram: Ramiro Barcellos e Eduardo de Berredo (1ª turma), Matta Machado e Costa Sena (2ª turma), Miranda D’Azevedo e Souza (3ª turma), Domingos Jaguaribe Filho e Oscar Galvão (4ª turma), Lopes Trovão e Eugênio Toscano de Britto (5ª turma), e Nuno de Andrade e Rocha Faria (6ª turma). Já os editores que eram discentes da Escola de Engenharia foram: Aarão Leal de Carvalho Reis e Belfort Duarte (1ª turma), Lima Barros e Porto Netto (2ª turma), Moraes Rego e Telles de Menezes (3ª turma), Carvalho Almeida e Teixeira de Souza (4ª turma) Pedro Betim e Oliveira Netto (5ª turma) e Godofredo Furtado e José Leão Ferreira Souto (6ª turma). Ocasionalmente, os editores do jornal poderiam convidar alunos de outra turma para ajuda-los na edição.

⁶ É provável que o termo “turma” se refira ao ano de ingresso dos alunos.

⁸ Nas citações, optei por manter a grafia da época.

conhecimentos na imprensa, o que ampliaria as práticas e concepções de toda a população e, conseqüentemente, contribuiria para o desenvolvimento do país. Percebe-se que o periódico estimulava o envolvimento político da população, declarando que não desejava descer “á arena infecta da política individual” (CENTRO, 14 jul 1872, p.1), mas sim discutir as questões políticas mais candentes do momento, consideradas de interesse mais geral na sociedade.

Os estudantes que escreviam no jornal se alinharam aos intelectuais que formaram uma geração que ficou conhecida como Geração de 1870. Para Nicolau Sevcenko, esses intelectuais “tendiam a considerar-se não só como agente[s] dessa corrente transformadora, mas como a própria condição perspicua do seu desencadeamento e realização” (SEVCENKO, 1989, p. 80). Esses estudantes:

lançaram-se à luta denunciando o imobilismo do Império, a ausência de democracia e de partidos, a escravidão, o atraso econômico do país, o analfabetismo [...] no campo político-social, Abolição, República, Federalismo, Democracia constituíam-se em palavras de ordem que condensavam programas, ideias, desafios e aspirações capazes de amalgamar os homens da época. A maioria bateu-se por essas reformas e teve a grata satisfação de vê-las realizadas. É certo que o júbilo foi logo interrompido pelos rumos dos acontecimentos [...] a decepção, porém, não ofuscou o brilho dos feitos e os homens de 1870 têm sido devidamente festejados e agraciados pela historiografia (DE LUCA, 1999, p. 21-22)

No tocante à sua formatação, o jornal era subdividido em seis seções fixas: *Política*, na qual se discutiam os problemas políticos do Brasil e onde, geralmente, atribuíam-se esses problemas às instituições imperiais; *Instrução*, na qual se debatiam os problemas relacionados especificamente à instrução no Império; *Litteratura*, que publicava poemas escritos por alunos da Escola Central ou da Escola de Medicina, além de resenhas de livros escritos por colegas dos editores; *Folhetim*, na qual eram publicados excertos de livros traduzidos pelos alunos; *Noticiário*, na qual se publicavam comentários sobre o ambiente cultural do Rio de Janeiro; *Chronica*, na qual os editores agradeciam tanto as menções que outros veículos de imprensa faziam aos artigos do jornal quanto os exemplares de outros periódicos que eram enviados à redação do *Centro Academico*.

AS DISCUSSÕES PRESENTES NO JORNAL

O *Centro Academico* foi um dos primeiros jornais publicados no país, durante o século XIX, a defender explicitamente a República. Pode-se perceber, a partir da leitura dos

doze exemplares do jornal, que quase a totalidade dos editores desse jornal era defensora dessa forma de governo. As exceções são, como veremos mais adiante, Domingos Jaguaribe Filho e Godofredo Furtado, mas mesmo esses dois editores faziam críticas à Monarquia. Nas páginas do *Centro Academico* podemos captar os principais aspectos do diagnóstico crítico que os seus editores faziam do Império Brasileiro.

Em artigo apócrifo intitulado *Mais uma escola de engenharia*, publicado no primeiro número do jornal, são apresentadas críticas à Instrução Pública do Império. Reclamava-se, por um lado, de aspectos referentes aos “meios da verdadeira e solida instrução”, ou seja, as condições materiais das Escolas Superiores; por outro, reclamava-se também da gerência e direção dessas instituições. No que diz respeito ao primeiro desses aspectos, exigia-se a “construção de edificios adaptados ás [sic] necessidades do ensino” (MAIS, 1872, p.1-2), tendo em vista que nas escolas de Ensino Superior, não havia sequer bibliotecas regulares para que os menos favorecidos pudessem estudar. Da mesma forma, denunciava-se que as Escolas de Medicina e Engenharia não possuíam laboratórios, gabinetes e museus para os estudos de química, física, anatomia, astronomia, geologia e história natural. Já no que diz respeito ao segundo dos aspectos, a administração e direção, reclamava-se de que a Escola Central ainda estava subordinada ao Ministério da Guerra, “como no tempo em que era Escola Militar”. De acordo com o artigo, isso seria inadequado, uma vez que o ensino na Central passara a ser direcionado para o ensino da engenharia “civil”, e não mais ao ensino das artes da guerra, como em outros tempos.

O principal aspecto abordado no artigo é a proposta feita pelo Sr. Paulino de Souza ao Conselho de Estado para a criação de uma Universidade na Corte. Essa medida, na visão do articulista, seria injusta para com as províncias do “Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Goyaz”, uma vez que elas “não podem enviar seus filhos ás Academias de direito e medicina sem considerável dispêndio” (MAIS uma escola de engenharia, 1872, p. 3). Assim, o articulista sugere que, ao invés de o governo imperial criar uma Universidade na Corte, seria muito mais conveniente a criação de uma Escola de Engenharia ao alcance das referidas províncias, consideradas “mais distantes e menos ricas”. Dessa forma, é proposta a criação de uma Faculdade de Engenharia no Maranhão, precisamente na cidade de Caxias:

Collocada entre as provincias do Pará e Amazonas, Piauí e Ceará, não está muito distante o dia em que tambem se aproxime de Goyaz e Matto Grosso. A cidade de Caxias - que está situada á margem do Itapecurú já regularmente navegado por barcos á vapor e que fica a 80 léguas do porto de S. Luiz, quasi outro tanto da confluencia do Tocantins e Araguaya, e 11 léguas da cidade de Therezina (no

Piauí) -- parece destinada por natureza a ser o entroncamento da via férrea que tem de ligar o sul e o norte do Império com as bacias dos dois grandes rios; e estabelecida esta comunicação a mocidade de Goyaz e Mato Grosso facilmente encontrará a Escola em que aprenda a vencer os obstáculos que a natureza oppõe principalmente aos habitantes do sertão (MAIS, 1872, p. 3).

A proposta de criação de uma nova Universidade na Corte, portanto, é criticada pelo articulista, pois ele considera que ela seria mais uma demonstração da “mania centralizadora” do governo imperial. Adotando-se a proposta de criar uma nova Escola de Engenharia, o governo imperial conseguiria diminuir as desigualdades existentes entre as regiões do Império, colocando ao alcance da população do Norte do Brasil uma Escola de Engenharia.

Outra das discussões realizadas no âmbito do *Centro Academico* é sobre a forma de governo mais adequada ao Brasil. Em artigo intitulado *A democracia caminha*, publicado por Aarão Reis, é feita uma comparação entre duas formas de governo: a Monarquia Constitucional e a República. Para o articulista, a Monarquia é uma forma de governo incompatível com a democracia, uma vez que “onde há família privilegiada e inviolável, onde há uma corte e portanto necessariamente barões e baronetes, não há, não pôde haver igualdade”. Na República, ao contrário, prevaleceria o princípio da Liberdade, tendo em vista que não haveriam setores sociais privilegiados. Analisando contemporaneamente aos acontecimentos o embate de ideias entre os defensores da República e os defensores da Monarquia, Aarão Reis afirma que surgiria,

do embate destas duas idéas [Monarquia e República], quando a primeira é subjugada, uma era de paz e de prosperidade predominando a intelligencia e o verdadeiro merito, e onde, abolidas as castas e abandonados os falsos preconceitos, só impera a sciencia e o verdadeiro amor da pátria (REIS, 1872, p.3).

Assim, com base nessa concepção, que era dominante no seio do *Centro Academico*, é possível concluir que a República era a única forma de governo adequada à paz social e, por consequência, a mais adequada ao Brasil. Essa tese sobre a República está presente em uma série de artigos intitulados “*A questão da forma*”, escritos por diversos autores que, com diferentes argumentos, corroboram a argumentação de Aarão Reis.

Entretanto essa defesa da forma republicana como ideal a ser perseguido é questionada por Godofredo Furtado, um dos editores do *Centro Academico*. Ainda que não seja hegemônica, a opinião desse autor é extremamente relevante para a compreensão das posições políticas em disputa no seio do *Centro Academico*. Afirma Godofredo Furtado que:

Cansados e sem fê nas instituições pela dolorosa illusão em que teem vivido, muitos homens notáveis se alistão nas fileiras republicanas, procurando ahi a taboa de salvação que os há de levar á regeneração e ao futuro engrandecimento da pátria. Formado esse grande partido, teem os seus atletas cumprido a nobre missão de atacar alguns abusos do governo que, como todos os outros, precisa de uma opposição ativa, que seja a vigilante sincera de seus actos; de espalhar as suas doutrinas entre o povo que em seu bom senso as acceitará ou reppellirá, dependendo d'ahi o estabelecimento da republica ou a consolidação da monarchia. Se é justo, nobre e rasoavel o entusiasmo de alguns pelo estabelecimtno da forma repudlicana [sic] no louvavel proposito de melhorar o estado em que nos achamos, já não è assim o de outros, puramente sistematicos, que n'essa formação só veem a consequencia necessaria da excellencia d'essa fôrma de governo que, única, póde levar as nações á feicidade (sic) e ao progresso. **Sem afferro á nenhuma dessas formas de governo, e sem nos deixar-mos levar pelas seducções da apparencia, abraçamos qualquer das duas, desde que as instituições se baseem nos principios da justiça e da moralidade, que darão como consequencia a realização pratica e o respeito aos dous grandes direitos primordiaes - liberdade dos cidadãos e segurança da propriedade -, aspiração legitima de todos os espiritos no grande seculo em que vivemos.** (Grifos nossos. FURTADO, 1872, p. 2-3).

Pelas reflexões de Godofredo Furtado, é possível afirmar que apesar da forma Republicana ser hegemônica no seio do *Centro Academico*, detecta-se, no periódico, divergências com relação à essa tese. O pensamento de Godofredo – que defende que o importante não é a forma, mas a moral e a justiça –, apesar de não ser hegemônico, retrata uma expressão de pensamento que suscita dúvidas acerca do que seria uma futura República. É importante ressaltar que esse pensamento de Godofredo Furtado é anterior à sua fase positivista, quando certamente ele passou a defender a República. Todavia, no âmbito deste artigo, discutimos as ideias no seio do periódico em análise. E, nesse caso, estamos nos referindo a um Godofredo Furtado que ainda não havia aderido ao Positivismo. Importante ressaltar que se tem, nesse caso, um indício de que o próprio Godofredo possa ter aderido ao positivismo no contato com as ideias difundidas no jornal.

O conjunto de artigos citados anteriormente expressa o teor geral das discussões realizadas pelos editores no âmbito do jornal *Centro Academico*. No geral, as discussões versavam, conforme vimos, sobre a oposição existente entre a Monarquia e a República. Nessa perspectiva, os problemas do país eram atribuídos à forma de governo monárquico, visto como anacrônico. Ao mesmo tempo, a maioria dos editores acreditava que a República era uma forma de governo mais adequada. Contudo, haviam vozes discordantes à esse pensamento, conforme evidenciado pelos argumentos mobilizados por Godofredo Furtado em seu artigo.

OS EDITORES E SUAS FILIAÇÕES TEÓRICAS

Ao analisarmos os artigos publicados no *Centro Academico*, percebemos que, inicialmente, os editores do jornal não possuíam uma unidade de pensamento em torno da causa republicana. Conforme evidenciado em um dos artigos publicados nesse jornal, as opiniões políticas dos editores eram diversas: “Si são muitas as nossas oppiniões politicas, só uma é a bussola que nos aponta o norte que pretendemos seguir” (CENTRO, 30 jul 1872, p.1). Portanto, o que dava unidade ao jornal nos seus primeiros exemplares era a convicção de que se fazia necessário tornar o governo brasileiro mais democrático, descentralizando a administração do país. Como jovens estudantes num país em que a vasta maioria da população era de analfabetos, tinham a percepção de que, no futuro, eles seriam os responsáveis pelos rumos da nação. Afinal, as atividades literárias e jornalísticas, no último quartel do século XIX, era praticamente obrigatória àqueles que desejassem adentrar na arena política⁹. Dessa forma, propunham, então, trabalhar para que, apesar das diferentes crenças políticas que abraçavam, conseguissem alcançar a liberdade:

Convictos que o homem sómente se eleva pelo trabalho nos congregamos para trabalhar [sic], nutrimos crêncas políticas diversas, porém em nossos peitos pulsão corações americanos, adoramos a liberdade e temos bastante fé no futuro: o patriotismo e o amor ao trabalho são laços indissoluveis que nos unem em amplexo fraternal. (CENTRO, 14 jul 1872, p.1)

No entanto, os posicionamentos dos autores quanto à forma de se conseguir democratizar o governo divergiam. Para alguns, era imperativo instaurar uma República no Brasil, o que colocaria o país, na percepção de editores como Aarão Reis e José Leão Ferreira Souto, no mesmo rumo das outras nações do continente americano. Já para outros autores, como Domingos Jaguaribe Filho, havia a possibilidade de se fazer reformas no Império, de modo a diminuir os efeitos “perversos” do centralismo, impostos ao Brasil pela monarquia. A necessidade de se fazer reformas políticas e sociais era defendida por todos os editores do jornal. O que causava divergências no grupo era o fato de que a grande maioria dos editores considerava impossível fazer essas reformas num regime monárquico. Para os fins de nossa análise, é importante se ter em mente que a maioria dos editores do jornal defendia ideias republicanas. Inspirados nas teorias científicistas, esses editores republicanos tinham convicção de que a República seria, num futuro breve, proclamada no Brasil. Nessa

⁹ A respeito das ligações entre as atividades políticas e intelectuais nas últimas décadas do Império brasileiro, veja-se ALONSO (2002).

perspectiva, a monarquia era considerada uma instituição anacrônica e a aliança com reformistas se dava em torno de questões pontuais.¹⁰

As divergências motivadas pelas diferentes percepções sobre a forma de se resolver os problemas nacionais e instaurar um regime que se baseasse na defesa da liberdade (associada pelo grupo à descentralização administrativa) levaram a uma cisão no grupo de alunos que publicava o *Centro Academico*. Se os problemas identificados pelos republicanos e monarquistas reformistas eram os mesmos, a maneira de saná-los diferia profundamente.

Aproximadamente vinte e três anos após esses acontecimentos, José Leão Ferreira Souto, um dos editores do jornal, rememorou o tempo em que estudou na *Escola Central*, enfatizando especificamente sua atuação na redação do *Centro Academico*. De acordo com esse autor (LEÃO, 1895, p.112), “aparentemente, não se ia fazer política republicana, se bem que esta fosse a intenção dos principais fundadores” do jornal. Percebe-se, no entanto, que o Jornal foi dando cada vez mais espaço para a publicação de artigos cujo principal objetivo era defender a forma de governo republicana. Ao que tudo indica, a partir do número seis do jornal, deixou de existir a presença de monarquistas no periódico. Faço essa observação a partir de dois episódios: a rememoração desses acontecimentos feita por José Leão e a pesquisa empírica no jornal. Falando sobre os conflitos entre monarquistas e republicanos no seio do jornal, José Leão, rememorando esses acontecimentos, mostra que os editores republicanos do jornal começaram a impedir a publicação de artigos de teor reformista. José Leão narra uma situação em que ele foi acusado de esconder um artigo, de autoria de Domingos Jaguaribe Filho, em que se fazia a defesa da monarquia e a viabilidade de se fazer reformas, de modo a abrandar os efeitos da centralização administrativa, mas mantendo o regime. José Leão negou ter sido o responsável pelo ‘sumiço’ do artigo. Em virtude dessa divergência em relação às formas de governo, começaram a emergir conflitos no grupo.

Lendo os exemplares do *Centro Academico*, podemos perceber que, após a publicação da edição de número seis¹¹, editada por José Leão, começaram a ocorrer, tal como ele afirmou em suas memórias, alguns conflitos entre os editores. A partir de então, não se detectam mais artigos de cunho reformista publicados no Jornal.

A cada número publicado, os editores da edição vigente costumavam encerrar os trabalhos convidando os editores do número seguinte a se encarregarem dos trabalhos

¹⁰ A esse respeito, consultar ALONSO (2002, p.178-180)

¹¹ Esta edição ficou a cargo de Felizardo Nogueira, Pedro Betim, Rocha Faria e José Leão.

editoriais. Essa prática é comum até o sexto número. Todavia, no sétimo número, o que se nota é que o *Centro Academico* encerrou sua edição de maneira diferente, convidando os senhores Costa Sena, Lima Barros, Matta Machado e Porto Netto a se reunirem, “impreterivelmente, às 5 horas da tarde” do dia 22 de agosto de 1872¹², na Livraria Encyclopedica, localizada à rua de Gonçalves Dias, nº 55.

Esse é um indício, quase imperceptível à primeira vista, de que os ânimos entre os editores tenham se acirrado, uma vez que na edição de número sete há um chamado feito aparentemente em caráter de urgência, como esse que mencionamos. Os indícios, evidências que, geralmente, passam despercebidos, podem permitir uma melhor compreensão dos acontecimentos (GINZBURG, 2007). O fato parece indicar que alguma notícia ou decisão muito importante precisaria ser tomada pelos editores. A edição seguinte do *Centro Academico*, saiu com atraso de um dia, em virtude “de uma causa involuntária” (CENTRO, 31 ago 1872, p.1), não especificada, razão pela qual os editores pedem desculpas aos assinantes.

De fato, como que a confirmar essa hipótese, na edição de número oito do Jornal há a informação de que Domingos Jaguaribe Filho, que era, como dissemos anteriormente, um monarquista, deixou a redação do periódico, alegando “problemas pessoais” (CENTRO, 31 ago 1872, p.1), o que parece evidenciar a percepção de que, para Jaguaribe Filho, não havia mais espaço para ideias reformistas no *Centro Academico*. No editorial do Jornal, há a informação de que, àquela altura, já se tornara impossível “salvar a coroa do abismo” e que, por isso, o jornal não poderia manter entre seis aliados monarquistas como Jaguaribe Filho. A partir de então, o jornal se torna, definitivamente, republicano. Além disso, outra notícia chama a atenção, nessa mesma edição: Aarão Leal de Carvalho Reis, o gerente do *Centro Academico*, também deixou a direção do jornal, tendo sido substituído por José Telles de Menezes. Esse fato permite inferir que, muito provavelmente, Aarão Reis foi um dos responsáveis pela tentativa de silenciamento da voz monarquista.

Até a cisão que eliminou a presença dos monarquistas no jornal, podemos constatar a existência de, ao menos, dois posicionamentos políticos distintos: haviam editores, como Aarão Reis e José Leão Ferreira Souto, que advogavam que a única forma de o Brasil se adequar à modernidade era através da adoção da República como forma de governo. De outro, personagens como Domingos Jaguaribe Filho, para quem ainda havia possibilidades de se

¹² Data em que havia sido publicada a edição número sete do Jornal.

atingir esse mesmo objetivo a partir da manutenção da monarquia, desde que se efetivassem reformas que tornassem o governo mais democrático, como a descentralização administrativa, o fim da escravidão e a abertura das instituições de ensino superior a outros setores da população, por exemplo.

A partir do momento em que Jaguaribe abandonou a redação, deixaram de existir os monarquistas no jornal, tornando-se os republicanos os únicos a exporem suas ideias no periódico. Com base nessa informação, é possível inferir que os editores com maior engajamento na defesa da forma de governo republicana acabaram definir os direcionamentos do jornal. No entanto, essa “autonomia” dos republicanos, ao que tudo indica, trouxe algumas consequências para o funcionamento do jornal: a publicação irregular dos exemplares (em alguns momentos, o jornal que era publicado três vezes por mês, passou a ser publicado sem uma frequência definida) e o jornal passou a publicar uma nota exigindo que os assinantes do periódico pagassem as assinaturas devidas. Após a publicação de mais cinco exemplares, o jornal deixou, definitivamente, de ser publicado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho realizado, pode-se afirmar que o jornal *Centro Academico* não surgiu como um jornal hegemonicamente republicano, mas foi adquirindo essa feição no decorrer da publicação de seus exemplares. Até a saída de Jaguaribe Filho e Aarão Reis da Redação, os dois grupos identificados (monarquistas e republicanos) conviviam pacificamente. No entanto, é na qualidade de “Folha Hebdomadária, de matiz acentuadamente republicano” que o Jornal será lembrado pelos republicanos, em uma publicação que visava estabelecer uma cronologia para a República brasileira (ALMANACK, 1890, p.104). A faceta reformista do período inicial é, portanto, obnubilada.

Também pudemos perceber que o Jornal foi a estréia, na imprensa, de alunos que se tornariam personagens, em um momento posterior, de destaque na propaganda republicana e no regime instaurado em 15 de novembro de 1889. Esse é o caso de Ramiro Barcellos e Aarão Reis Filho, que se tornaram constituintes, em 1891. Outros alunos, como José Leão Ferreira Souto e Godofredo Furtado, tiveram importante atuação na difusão das ideias positivistas no Brasil e participaram da fundação, em 1881, em São Paulo, da Associação Positivista,

entidade filiada à Igreja Positivista do Brasil, instituição liderada por Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos.

No que se refere à difusão das ideias republicanas no Ensino Superior brasileiro, é possível afirmar que elas aportaram entre os estudantes desse nível de ensino a partir dos livros que chegavam ao país e dos professores que se formavam na Europa e traziam novas ideias (como é o caso de Benjamin Constant, por exemplo). Essas ideias eram mobilizadas na medida em que possibilitavam pensar em alternativas para os problemas que assolavam o país naquele momento histórico (ALONSO, 2002).

Pelas ideias expostas nesse texto, é possível concluir que a presença do jornal *Centro Academico* evidencia que, na década de 1870, se formava no Brasil um pensamento republicano no seio das principais escolas de nível superior. Isso mostra a emergência de um pensamento intelectual que era expresso publicamente em prol de uma nova ordem para o país. Essa constatação põe em cheque as interpretações que consideravam que um pensamento intelectual brasileiro só se efetivou a partir da década de 1930.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANACK REPUBLICANO BRAZILEIRO PARA O ANO DE 1890 EM HOMENAGEM AO ADEVENTO DA REPÚBLICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro; Typ. a vapor de George Seckler, 1890.

AIRAGHI, Paulo Vitor S. **José Leão Ferreira Souto e a construção da identidade potiguar na transição do século XIX para o século XX**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. Rio de Janeiro: ANPOCS; Paz e Terra, 2002.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Centro academico. Rio de Janeiro, 14 jul 1872, p. 4.

Centro Academico. Rio de Janeiro, 31 ago. 1872

CENTRO academico. **Centro academico**. Rio de Janeiro, 14 de jul 1872.

CENTRO Academico. *Centro academico*. Rio de Janeiro, 30 jul 1872.

DAVIS, Natalie Zemon. **The return of Martin Guerre**. Cambridge: Harvard University Press, 1983.

DE LUCA, Tânia Regina. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Unesp, 1999.

DE LUCA, Tânia Regina. **Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil: 1916-1944**. São Paulo: Unesp, 2011.

FURTADO, Godofredo. A questão da forma. **Centro Academico**, Rio de Janeiro, 06 de jul 1872, p.2-3.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.6, n.11, 1993.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. Trad.: Federico Carotti. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LEÃO [Ferreira Souto], José. **Silva Jardim**: apontamentos para a biografia do ilustre propagandista haurido nas informações paternas e dados particulares e oficiais. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895.

LIVRARIA Encyclopedica. **Centro Academico**. Rio de Janeiro, 23 de jul 1872, p. 4.

MAIS uma escola de Engenharia. **Centro Academico**, Rio de Janeiro, 06 de jul 1872, p. 3.

REIS, Aarão de Carvalho. A questão de fôrma. **Centro Academico**, Rio de Janeiro, 06 de jul 1872, p.3.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Artigo recebido em março de 2018. Aprovado em junho de 2018.